
BOLSÕES, FECHAMENTOS E CIA.

Eni Orlandi

Resumo

Essa reflexão trata da cidade e da violência incluindo o sentido do que é público e do que é social de maneira afirmativa, não apagando nem dando um sentido pejorativo a essas categorias. Alargando a compreensão do urbano para além das características impostas por um pensamento fixista que se move apenas entre a inclusão e a exclusão, propõe-se pensar a questão do espaço urbano enquanto concentração de quantidade de seres em constante movimento em que o irrealizado está presente e sempre prestes a irromper.

Introdução

O assunto em questão é fundamental para quem procura compreender o que é o espaço público, a vida urbana, a cidade e os sujeitos que vivem nesse espaço. E já adiante, desde o início, que, para um analista de discurso, o espaço significa e a relação dos sujeitos com o espaço é determinante para sua forma de vida. Observe-se como se significam e são significadas as pessoas segundo vivam em bairros ricos (com seus equipamentos públicos de qualidade) e nos bairros pobres (sem condições, com esgoto correndo a céu aberto etc.). Que sentidos de vida pública social estão aí funcionando?

Sou coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), que congrega pesquisadores em análise de discurso, e de outros departamentos, de outras instituições, de outras áreas, como antropologia, artes, educação física, história, urbanismo, arquitetura, sociologia, economia, biblioteconomia etc. que se reúnem em torno de projetos sobre

cidade. Promovemos a compreensão do espaço público urbano em seu aspecto simbólico-político, pensando a cidade como um espaço de linguagem em que se cruzam relações de poder. Na perspectiva discursiva, procuramos ver como se produzem ideologicamente os sentidos e os sujeitos dentro da sociedade e na história.

Nossa questão de base, em relação à cidade, é: como a cidade significa? Em outros termos, como esse espaço se constitui como tal, significando de maneira própria, por ser um espaço que se particulariza como espaço urbano?

Por que “cidade”? Porque, na modernidade, a noção de cidade é central, trazendo com ela um conjunto de reflexões que interrogam a própria noção de “humanidade” e de “sociabilidade”. Leva-nos a refletir sobre o que somos enquanto seres simbólicos e histórico-sociais.

Pensamos como a cidade é posta em sentidos e, por outro lado, procuramos compreender como a linguagem se espacializa na cidade, que formas toma ela, materializando-se num espaço que tem como característica ser um espaço “público”. Que gestos de interpretação são aí produzidos?

Atualmente, tenho trabalhado com piercing, com tatuagem, grafite, pichação, rap, que são manifestações fundamentalmente urbanas, para perceber como a cidade se diz através delas. Há culturas em que a pintura corporal é ritualizada, faz parte das formas de culturas ditas primitivas. Mas aquele é um outro corpo, não um corpo capitalista. O piercing, a tatuagem etc., se penso o corpo capitalista, compõem um fenômeno absolutamente urbano. Isso tem a ver com o modo como o sujeito significa (-se) na cidade.

No livro *Cidade Atravessada* (2001), publicação coletiva, resultado de uma pesquisa conjunta de nosso Laboratório, tratamos destas questões, entre outras, como o comércio informal (camelôs), os sem-teto, a escolarização, as grades que limitam espaços e trajetos, o léxico urbano, a existência de um conceito como “língua urbana”, as casas de cultura, a leitura de um mapa da cidade através da semântica, os meninos de rua, a mídia etc. Em um outro livro, *Discurso e Texto* (2001), de minha autoria, trato mais desta questão do piercing, da tatuagem enquanto grafismo próprio ao espaço de interpretação urbana, como inscrição da linguagem no próprio corpo do sujeito, nosso corpo, o corpo urbano, que se textualiza como um corpo de cidade.

Ao trabalhar com meninos de rua, com os camelôs, escola etc., começamos a nos perguntar, afinal, o que é o urbano. Nessa relação entre cidade e urbanidade, nos demos conta de que havia um apagamento do social em função do urbano, ou seja, o social, quando se trata da cidade, é muitas vezes difícil de ser visibilizado porque se confunde com aquilo que é urbano. As relações sociais não se esgotam nas relações urbanas, mas, atualmente, social e urbano viraram a mesma coisa. Dá-se assim o que chamo de sobredeterminação do social pelo urbano. A partir daí passamos a questionar, em nossas pesquisas, como é que o urbano apaga o social. As pessoas se satisfazem em falar das relações urbanas e começam a deixar de lado as questões sociais que se dão no espaço específico da cidade. Para nós políticas urbanas são políticas *sociais* urbanas.

A Laura Bueno (coordenadora do L'Habitat, da PUC) mencionou que fui uma das primeiras pessoas a me manifestar em Campinas sobre a questão dos fechamentos do espaço público urbano. Do ponto de vista da significação e da linguagem, fazer um muro, separando grupos de pessoas que vivem numa mesma cidade, tem um sentido muito forte, muito violento. Começava aí meu trabalho crítico com respeito a duas reduções: primeiro, a da cidade ao discurso da violência, pois cidade não é sinônimo de violência; e, em seguida, a do que é violento, circunscrito ao tema da "marginalidade", do "crime", da "hostilidade óbvia". Comecei a desmontar essa circunscrição da violência e a mostrar que a cidade não é sempre violência, ao contrário, e que, por outro lado, a violência pode estar em gestos de significação do cotidiano da cidade, dispersos no dia-a-dia, e que são tão importantes como esses que acabam configurando uma violência explícita como a criminalidade.

A divisão do espaço urbano e a produção dos sentidos

Fazer um muro significa indistinguir relações sociais muito importantes. Há uma memória social que nos constitui de modo mais ou menos inconsciente. Por vivermos na cidade, nós já temos em nós uma certa memória de cidade, que faz com que não tenhamos, a todo momento, que nos perguntarmos pelos seus sentidos: já nos filiamos a certos sentidos, já nos significamos implicitamente como urbanos e funcionamos nesse modo significativo dentro desse espaço. É o que tenho designado como "economia do estereótipo", das idéias recebidas, do senso comum: quem vive no espaço urbano sabe

que uma rua é uma rua, sem estar definindo isso o tempo todo; sabe que na rua há carros, por exemplo, coisa que é diferente no meio de floresta amazônica. Esse espaço específico tem portanto uma memória urbana. É um espaço significativo, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória. Quando se fazem certos gestos em relação a essa memória se está transformando, modificando, ou não, essa memória. Ou se está ratificando essa memória ou se está rompendo com ela. É o que acontece então?

Quando se faz um muro para separar um grupo de casas das outras, numa cidade, onde normalmente os muros são feitos de uma outra maneira, se está rompendo sentidos na conjuntura anterior de significação, rompendo com uma certa memória, estabelecendo-se uma outra forma de urbanização, instaurando uma outra forma de relação entre os sujeitos sociais. Historicamente, estamos significando nossos “outros” (concidadãos?) de outra maneira. Uma coisa é fazer um muro separando um quintal e a casa do vizinho; outra coisa, diferente, é separar um conjunto de casas das outras. Esses recortes do espaço público configuram diferentes condições de produção de sentidos em sua materialidade. O que se está significando com isso? Como se passou a significar a relação de vizinhança? Por este gesto, fica “dito” que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são as que se excluam. O social fica indistinto porque não são todos que estão do lado de fora que são nossos “inimigos”. Então o “hostis” (inimigos) e o “socius” ficam confundidos. Com isso começamos a restringir o espaço social. Também o privado se indistingue, pois, no espaço interno, todos não têm o mesmo estatuto de vizinhança, de intimidade.

Ao se fechar um bolsão se está fazendo uma violência social, que é separar sujeitos de sujeitos igualmente cidadãos, mas que se passa a tratar como se fossem uma ameaça. Há grave diminuição do espaço de sociabilidade. Nesse imaginário, eficaz, acabam-se implementando hostilidades que fazem as pessoas se “estranharem”.

Esse recorte afeta a própria noção de social. Precisamos nos perguntar o que estamos querendo. Que forma estamos dando à sociedade, à cidade em que vivemos? Quais são os sentidos que estão funcionando nessas relações, nesse espaço e que nos estão constituindo como sujeitos urbanos de um determinado tipo e não de outro.

Há pessoas que querem o fechamento. Ideologicamente, essas pessoas estão na posição de que elas querem um cidade separada, sem sociabilidade, uma cidade de

“nichos” e corredores. Nós, enquanto cientistas que elaboramos pesquisas sobre a cidade, precisamos tomar uma posição: o que compreendemos como cidade, que tipo de cidade estamos projetando para nosso futuro, pois as dificuldades que nós temos hoje certamente as construímos lá atrás ao fazermos gestos, social e historicamente, significativos em relação ao que é o urbano e ao que é social e com os quais nos comprometemos, num certo momento. Agora encontramos problemas pela frente, problemas que nós criamos ao fazermos certos gestos de significação, que materializamos na cidade. Hoje, quando construímos um muro, estamos pré-significando nossos concidadãos assim como a nossa própria maneira de viver.

A formulação das questões: via para propostas

Há a *população* cujo papel é o de ter alguma consciência do que está fazendo. De outro lado, temos *entidades* que se constituem, fazendo propostas e querendo se situar. Além dessas instâncias, e das mais importantes, há o *poder público* que toma posições institucionais que vão ser fixadas, reguladas. A contribuição dessas três forças sociais e políticas são centrais. Ao lado disso, estamos nós, a *Universidade*, com nossas formas de reflexão. Nossa tarefa é praticar nosso conhecimento, disponibilizando-o para todas essas pessoas, propiciando condições para a elaboração conjunta das formas de pensar a cidade.

Vejam as conseqüências do apagamento da questão social: a cidade é um espaço que tem um sentido particular, que é o de ser espaço social público. Se elidirmos isso surgem as grandes rupturas e suas conseqüências. Por exemplo, tomemos o caso do Parque Oziel, em Campinas: o que existe de espaço público ali? Nada. Ou melhor, não existe espaço para que o espaço público se pratique com condições sociais e políticas qualificadas. O espaço público está silenciado e quanto mais se vai rarefazendo o espaço público mais se está produzindo uma sociedade violenta. Porque o espaço urbano é vivido conjuntamente, socialmente.

Depois, as pessoas refletem pela lógica da violência e da repressão: para resolver uma questão que surge pela supressão do social vai-se usar a repressão, quando deveria ser o contrário: quanto mais o espaço social e o espaço público puderem se desenvolver, menos nós estamos expostos à violência e à marginalização. As medidas não devem ser

repressivas mas formadoras, extensivas disso que teimam em chamar de “cidadania”: a sociabilidade. Cidadãos já somos desde que nascemos, em um país livre, em uma sociedade autônoma, em uma República.

Chegamos enfim à questão política: o poder político de decisão, em função dessa sociabilidade, é o poder de regular os processos de exclusão e de inclusão. Penso que há em nossa realidade social uma complexidade de jogo de forças que vai além dessa relação simples (exclusão/inclusão). Pergunto: por que ao invés de se discutir o fechamento dos loteamentos, não se começa a pensar/praticar a “lógica” de sociabilidade e do aumento e cuidado com o espaço público, para que haja possibilidade de vida pública, rica, proveitosa. Ao invés de se construírem bolsões de segurança, cuidar para que não se formem bolsões de violência.

Na França, onde mantenho um intercâmbio com pesquisadores sobre cidade, é isto que se tem proposto: quando começam a se formar os bolsões de violência, deve-se abrir mais o espaço público, fazer desse espaço um espaço social, política e culturalmente mais arejado. É necessário produzirem-se condições, infra-estrutura, colocar escola, programas de cultura, de lazer, cuidar do espaço físico, iluminação, transporte. Medidas que promovem e não reprimem.

Uma outra coisa que me chama a atenção, quando penso comparativamente as diferentes formas como as sociedades exercem seu controle sobre os cidadãos, é o modo de controlar a mobilidade no espaço. No Brasil, há guaritas, cercas, guardas com armas. Em Paris, por exemplo, não se entra em um prédio sem se passar por um controle. A questão é a exibição de suas formas, é a sua visibilidade e os sentidos que aí são postos. Em Paris, isto é feito porque o cidadão, para entrar no prédio, para visitar o amigo, por exemplo, tem de ter o código da porta (que é mudado com frequência). Nessa visibilidade mínima do controle ensaia-se um certo respeito ao cidadão. Não se o afronta com armas. Outro exemplo de como o controle pode ser um dos elementos da própria violência é a maneira como se controla a velocidade no Brasil: colocando-se lombadas pontudas (que na maior parte das vezes não estão de acordo com a lei) e ameaçando os sujeitos de terem seus carros arrebitados. Muito mais eficiente e “sociável” é a multa pelo controle eletrônico (quando confiável...). São formas alternativas: umas jogam com a imagem da violência e do desrespeito. Outras educam, formam o

cidadão para a vida em comum, com princípios, e onde direitos e deveres são distinguidos e preservados. Onde os limites são formas de convivência e não falta de liberdade e de condições de vida.

O desenho do espaço público e seus sentidos

P. Henry (1999) relata uma questão interessante posta sobre o espaço: “e se o espaço não fosse senão uma função matemática”, pergunta? Ao que responde Heisenberg: “o espaço é azul, pássaros voam dentro”. Quer dizer, a cidade é um espaço que se significa, onde há sujeitos vivendo dentro. É um espaço de sujeitos e de sentidos.

É disso que nós temos que cuidar, pois o que existe não são só cálculos (abstrações e burocracia), mas um espaço de vida (pública). Como nós estamos significando esse espaço, nos significando nele? Quando se aprende, com a análise do discurso, que quando a gente fala está “se” significando, a prática urbana é uma prática significativa em que nós nos significamos e significamos os outros. E podemos significar de maneiras muito diferentes mesmo quando nos silenciam: através de pichação, e também da arte, da tatuagem, da música etc. O que significam os que estão silenciados?

Há outras opções a fazer, além de discutir se se é a favor ou contra o fechamento. Podemos mudar o lugar da discussão e pensar justamente na formação dos sentidos e dos sujeitos urbanos. Deixamos de estar presos nessa argumentação, nesse modo como os discursos estão “rolando” (a favor ou contra o fechamento) para nos disponibilizarmos para outras discussões, onde se criam outras idéias, possibilidades, perspectivas de significarmos o não-significado, passarmos do não-sentido (irrealizado) para os possíveis sentidos outros, latentes nas novas formas sociais.

Ao invés de pensar só nos loteamentos, nós temos que discutir o que é “isso” que está sendo posto nessa discussão de fechar ou não loteamentos. Há situações reais, vividas em Campinas, em que nos defrontamos com situações insustentáveis: condomínios, loteamentos fechados, bolsões que fecham espaços (quase sempre em nome da segurança), em que muitas vezes há equipamentos (escolas) públicos, obrigando as pessoas que transitam por aí ou a dar voltas ou a se identificarem para outros cidadãos, seus “iguais”(?). Os cidadãos, crianças e adultos, vivem em regime de suspeita, passando pelo vexame de ter de se identificar continuamente. Avesso do “Sabe com quem está falando?”, que, enquanto fala do poder, significa estar *acima* de qualquer suspeita.

Além disso, do ponto de vista da estrutura urbana, complica-se o desenho da espacialização política do espaço público: que lugares são esses? Transita-se por espaços, na verdade, designados de uma maneira muito complicada (em que lugar você tem que estar? que sujeito atravessa esse espaço?). A cidade se apresenta, em relação ao que é o espaço público, cada hora de uma determinada maneira. De um lado, espaços mal definidos, mas cercados, de outro lado, invasões, loteamentos clandestinos, fazendas (zona rural?), enfim, tudo isso mal significado (e mal nomeado) como é o próprio hoje das nossas cidades. Porque esse espaço está deflagrado. É um espaço público, mas é muito difícil trabalhar para construir uma sociabilidade que seja capaz de gerir a violência que está sendo gerada assim. Esse é um espaço público (?) que está sendo formado num espaço que está em constante litígio (ou sem nome ou pré-significado).

As formas da violência: marginalização ou dispersão da autoridade

Podemos assim perceber que a violência não é uma coisa homogênea, ela tem muitas formas. Ter de se identificar para alguém que é seu semelhante não é uma coisa aceitável do ponto de vista da convivência social. Este alguém se transforma em autoridade por que mecanismo? São mecanismos institucionais? A própria noção de autoridade está rompida. Já é uma relação social que entrou em litígio, que gera mal-estar, equívoco, tensão, violência. Se, de um lado, cria-se a “marginalidade”, de outro, banaliza-se a “autoridade”.

Há uma in-confiabilidade, uma dis-sociabilidade que vai se formando. Em uma sociedade deflagrada como a nossa, podemos distinguir três momentos em face da violência: o da sua *constituição*, o da sua *manutenção* e de seu *desencadeamento*. Na sua constituição, estão as razões mais amplas e com as quais temos de lidar a mais longo termo já que são parte da própria maneira como o capitalismo – que é estruturalmente violento – produz e reproduz suas relações na sociedade. Se não podemos resolvê-la por um gesto de vontade – e isto é verdade – no entanto podemos diminuir a insistência com que nós a temos mantido. Temos então o momento de manutenção, e um agravante característico desse momento é que temos uma polícia que, em geral, é uma polícia que mantém a violência porque só é chamada para exercer o papel repressivo, quando na verdade ela pode ter o papel formador. Em seu papel formador, a pessoa que

é atendida passa a ter consciência de que a polícia não só reprime mas pode ajudá-la. Reata laços. Dentro da lógica da repressão não há espaço público social. Há bandidos e há a repressão. Mas esse espaço está lá. Mudo. Sem poder se dizer, sem poder se significar. É preciso dar-lhe voz. Efetivamente.

Precisamos ter políticas públicas sociais de formação para que a polícia não seja só repressiva, que não faça parte da manutenção da violência mas de sua solução pelo realçamento do sujeito urbano, público, a seu lugar significativo, histórico e social.

Temos então o que chamo momento do desencadeamento da violência. Considero que fazer um muro é um desses gestos. Está tudo pronto, engatilhado, aí a gente faz um gesto que libera uma enorme hostilidade social: imaginariamente, de um lado, nós, os corretos, os legítimos, os que têm direitos e bens, educação etc., do outro, o que agride, hostilizado, com um aumento de agressividade proporcional ao nosso gesto de categorização.

Não nego que a violência seja um problema e que temos medo. Só que a maneira como solucionarmos isso vai determinar nosso futuro. Se deixamos de lado a nossa sociabilidade, vamos criar uma sociedade que é feita predominantemente de relações de força, em que as pessoas estarão fechadas, armadas e medindo forças. O que precisamos saber é que nenhum de nós, ou melhor, que nós todos não estamos suficientemente longe de nada. Porque somos irremediavelmente seres sociais. Portanto é melhor não mantermos essa ilusão de alto preço e risco. Mudam as formas do crime mas não diminui a insegurança social. Isso pode ser até um modo de exibição de poder. Mas se não somos assaltados em casa, somos na rua, diminuem os roubos e aumentam os seqüestros, os assassinatos etc. Vivemos na sociedade como um todo e se não reforçamos os nossos laços sociais, vamos ser cada vez mais vulneráveis. A ilusão de força é o equívoco maior da nossa onipotência, que, na verdade, é uma grande impotência. Essa é a lógica que tem sido alimentada.

Algumas observações finais

Finalizando, eu teria três observações pontuais.

Uma delas é sobre a sociabilidade: é preciso não “guetificar” as relações, porque não somos animais em interação, somos sujeitos e, enquanto sujeitos, somos seres que

significam na sociedade e na história. Quando se destituem os sujeitos dessa sua condição social e histórica certamente se o faz em prejuízo do próprio homem. Em vez de rarefazer, é preciso reafirmar a *nossa* capacidade de sociabilidade. Os fechamentos diminuem essa nossa capacidade. Do ponto de vista político, estamos falando do sistema capitalista. Quer seja por especulação imobiliária, quer seja por modismo, quer seja por exibição de poder, quer seja pela luta social (de classes), trata-se da mesma coisa: é a significação da diferença entre pobre e rico, é a reafirmação das diferenças enquanto desigualdades na forma de significar capitalista, que declina a diferença em termos de valores: poder pessoal, impunidade, valorização econômica etc. À violência para fora corresponde a violência para dentro dos espaços fechados, que é a do tipo de pessoa que você produz lá dentro, alimentada pela in-sociabilidade na qual ela é criada, despreparada para enfrentar relações sociais de qualquer tipo.

A segunda observação é que a cidade – e lembremos aqui da noção de metropolitano – vai sendo objeto de deslocamentos, de formas de re-divisão de espaço que vão-se refazendo, se recolocando. De toda maneira, todo espaço urbano se caracteriza fortemente pela idéia de concentração e quantidade. A cidade é uma concentração de grande quantidade de sujeitos. “Lógico” que a quantidade do pobre é maior, “lógico” que há mais administrados que administradores, “lógico” que há mais pobres que ricos etc... Todas as cidades têm problemas concentradamente e em quantidade: necessidade de transporte “para todos”, necessidade de comida “para todos”, necessidade de escola “para todos” etc. Propostas que não consigam qualificar essa quantidade, metaforizar, no sentido de trazê-la para uma solução social e política adequada, são votadas ao fracasso. O fechamento não trabalha a questão da quantidade adequadamente em relação ao espaço público social e político em que os sujeitos vivem. Além disso, o corpo urbano está sempre em movimento. A maior parte das propostas são fixistas e são cerceadoras dessa movimentação, dos deslocamentos, das transformações. É preciso acolher esse movimento, dar-lhe um lugar e não cerceá-lo, porque a quantidade concentrada e em movimento, quando imobilizada, é algo que se torna explosivo. Um instrumento como o Estatuto da Cidade, por exemplo, que tem força política, jurídica e administrativa, não traz a palavra “morador” como uma das suas categorias. Só o “proprietário” aí comparece

como figura capaz de decisão. Ora, em uma sociedade capitalista temos para cada “proprietário” muitos “moradores” e estes não podem opinar sobre suas condições (por exemplo, quando se fecha um espaço não é a vontade da maioria que está sendo respeitada). E é assim que a questão da quantidade não é metaforizada, não significa como devia, impedindo que as tensões sociais e públicas se encontrem um lugar para se significarem.

Finalmente, chegamos à terceira e última observação. Embora tenha falado dos loteamentos fechados, meu objetivo está prioritariamente na questão do urbano: o que é a cidade enquanto espaço real de significação? Como a cidade está em movimento constante, retomo o que coloquei no começo: que cidade nós queremos construir? Certamente haverá posições diferentes e contrárias, quase o tempo todo, sobre isto. O poder público tem que lidar com essas posições, com suas contradições. É necessário não pensar o social como pequenas comunidades que se agrupam e sim pensar o social como um grande espaço com-vivido. O que é ser-se contemporaneamente urbano?

Para compreender, escutar o espaço urbano, é que trabalhamos com a análise de discurso: para perceber como esse espaço está se significando, primeiro passo para poder fazer corresponder a ele a forma da cidade que responderia ao sentido social que está posto hoje nas nossas formas de organização, de relações sociais e políticas. Como ouvir essa cidade que tem suas necessidades, suas “vontades”, seus “desejos”? O que essa cidade, enquanto espaço de sujeitos que significam, exige para que seu movimento não seja rompido, para que haja a possibilidade de harmonia na maneira de administrar o espaço público, de convivência social no qual estamos imersos, necessariamente, como seres históricos que significam? O desafio é fazer com que essa cidade mais real, concreta, tome uma forma que torne possível a convivência dentro de um espaço em que se qualifica a vida, considerando as diferenças que existem entre os habitantes desse espaço. Para isso precisamos atingir o real da cidade, e conseguir trabalhar com ele, tanto do ponto-de-vista do planejamento, da urbanização, como do ponto-de-vista político geral, público, social.

Résumé

Cet étude porte sur la ville et la violence en incluant le sens de ce qui est public et de ce qui est social d'une manière affirmative, n'effaçant ni attachant pas un sens péjoratif à ces catégories. En élargissant la compréhension de l'urbain au-delà des caractéristiques imposées par une pensée fixiste qui circulerait

à peine entre l'inclusion et l'exclusion, ce travail propose de penser la question de l'espace urbain en tant que concentration d'un grand nombre de sujets en mouvement constant où l'irréalisé est présent et produit des ruptures.

Referências bibliográficas

ORLANDI, E.P. (org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.